

## **ATA DA REUNIÃO DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS**

Aos 30 dias do mês de junho de 2015, na Cidade Administrativa, na sede da Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab Minas), realizou-se reunião para tratar das ocupações do Município de Betim (Dom Tomás Balduino; Nova Canaã e Shekinah) e para ouvir relatos da Fazenda Aurora I e II, localizada no município de Jequitinhonha. Conforme lista de presença anexa, tendo como princípio “Ouvir para governar”, foi discutida e deliberada a seguinte pauta:

### ➤ Ocupação Fazenda Aurora I e II

Marco Túlio, da RuralMinas, apresentou um relato sobre as ocupações Aurora I e II, no município de Jequitinhonha. Segundo ele, a advogada do proprietário, Dra Cristiane, informou que não há interesse em negociar com os moradores da ocupação. Informou que as lideranças da ocupação solicitaram uma visita de uma comissão técnica da Mesa de Diálogo ao Jequitinhonha, para conhecer a realidade da ocupação e avaliar alternativas de solução do conflito. Acertou-se que será agendada uma data para a realização de uma câmara técnica agrária no local pela equipe da RuralMinas. Acrescentou que as lideranças do movimento solicitaram à Mesa que encaminhe à Advocacia Geral do Estado (AGE) um pedido solicitando a suspensão das liminares de reintegração de posse da área.

A defensora pública Ana Cláudia Alexandre disse que não tem contato com esse conflito, uma vez que o proprietário da terra entrou com ação na comarca do município, que não tem competência para julgar questões pertinentes à área rural. Afirmou que todos os atos do juiz da comarca são nulos e devem ser julgados por um juiz da Vara Rural. Solicitou que o relatório da RuralMinas sobre a situação das Fazendas Aurora I e II seja encaminhado à Defensoria Pública.

O Major Mendes informou que existem na comarca três processos contra três réus distintos, cujos números serão repassados à Defensoria Pública, mas que não há data prevista para a ação de reintegração de posse.

Aldenor Pereira, da Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento (Seapa), informou à Dra Ana Cláudia que, na data de hoje (30/06/2015), estará à disposição da defensora pública a cópia da íntegra do processo das áreas da Fazenda Aurora.

A chefe de gabinete da Cohab Minas, Flavia Mota, reforçou a importância de se realizar uma Câmara Técnica no Jequitinhonha, para que sejam levantadas todas as informações relativas à ocupação e às ações judiciais, na tentativa de solucionar o conflito.

### ➤ Ocupações do município de Betim

O superintendente de Habitação de Betim, Guilherme Carvalho, apresentou uma proposta para as ocupações Nova Canaã e Dom Tomás Balduino. Segundo ele a

intenção é realizar a renovação do cadastro com os moradores dessas duas ocupações e, a partir da análise desse cadastro, se verifique quais as famílias se enquadram para o recebimento do aluguel social e, tão logo haja um empreendimento do Minha Casa, Minha Vida no município, as famílias das ocupações que estiverem dentro dos critérios do Programa seriam beneficiadas. Assegurou que, até que o empreendimento se realize, as famílias aprovadas no cadastro seriam beneficiadas com o aluguel social. Em relação à ocupação Shekinah, informou que, por se tratar de um terreno particular, cujo proprietário ainda não se manifestou quanto à posse, não há como o município fazer uma proposta.

O advogado das ocupações em Betim, Ailton Costa, avaliou a proposta da Prefeitura como "despejo branco". Segundo ele, foi feito um acordo no ano passado sobre a destinação do terreno onde está instalada a ocupação Dom Tomás Balduino, acertando-se que o terreno não seria destinado a nenhuma obra pública. Afirmou que a proposta da ocupação é manter esse acordo, mantendo as famílias no local. Além disso, ressaltou que a proposta do aluguel social não é bem vista pelas ocupações, uma vez que o município de Betim não se encontra em uma situação econômica confortável e não vem cumprindo com o pagamento desses benefícios sociais. Em relação à ocupação Nova Canaã, afirmou que as famílias insistem em permanecer no local pelo mesmo motivo.

O superintendente Guilherme Carvalho informou que, no terreno onde se encontra a ocupação Dom Tomás Balduino, existe um convênio em parceria com o Governo Federal, Estadual e Municipal que vai custear a construção de uma unidade de saúde no local. O superintendente informou ainda que, no terreno da ocupação Nova Canaã, já existe a aprovação do plano diretor para a construção de uma creche no local.

O presidente da Mesa, Claudius Vinícius Leite Pereira, salientou que a proposta da Prefeitura foi colocada e os representantes das ocupações devem se posicionar a respeito. Argumentando que a Mesa lida com fatos, afirmou que, independentemente dos questionamentos apresentados pelos movimentos, existem liminares de reintegração de posse contra as ocupações Nova Canaã e Dom Tomás Balduino, que ameaçam a permanência das famílias. Acrescentou que, para evitar essa reintegração, o Estado construiu um acordo junto à Prefeitura de Betim visando a concessão de um auxílio moradia, permitindo assim o remanejamento pacífico das famílias.

Nesse aspecto, o advogado Ailton Costa afirmou que as ocupações não estão se posicionando contra a proposta da Prefeitura e que as famílias se colocarão à disposição para renovação do cadastro, desde que haja participação das ocupações em sua formulação, que não seja um cadastro unilateral. Ressaltou ainda que, no caso da ocupação Dom Tomás Balduino, o terreno destinado à construção da creche encontra-se vazio e não está ocupado pelas famílias.

Um dos representantes da ocupação sugeriu que as famílias da Nova Canaã permaneçam no local até que o empreendimento planejado para a área seja realizado.

Diante desses questionamentos, Guilherme Carvalho ponderou que o município já está assumindo um desgaste em passar os ocupantes das ocupações à frente de outras pessoas que já se encontram na fila para serem beneficiados pelo Programa

Minha Casa Minha Vida. Além disso, rebateu a afirmação de atraso no repasse do aluguel social pelo município, afirmando que a Prefeitura já avaliou sua condição de assegurar esse subsídio até que se viabilize o empreendimento do Minha Casa, Minha Vida. Afirmou que, no momento, esta é a proposta da Prefeitura de Betim e solicitou aos movimentos que formalizem uma contraproposta e encaminhem ao município.

Neila Batista, da Secretaria de Governo, propôs que, na perspectiva de avançar no processo de negociação de um acordo, se realize o cadastro dos moradores das ocupações e se congele a área, para que não ocorram novas ocupações no local ou mesmo melhorias nas casas já construídas. Concomitantemente a isso, o movimento formularia sua contraproposta e a encaminharia à Prefeitura.

Claudius Vinícius acatou a proposta apresentada pela representante da Segov e propôs que seja feito este encaminhamento, solicitando às ocupações de Betim que formalizem à Prefeitura sua contraproposta. Lembrou aos movimentos que a Mesa não tem o poder de impedir uma reintegração de posse, informando que sua atuação se faz no sentido mediar conflitos e propor alternativas de negociação. Ressalvou, entretanto, que já foi possível fazer, neste Governo, um acordo com o Comando da PM, no sentido comunicar à Mesa, com antecedência mínima de 30 dias, qualquer ação de reintegração de posse, para que se possa buscar uma solução para o conflito.

Definiu-se que o cadastro será realizado pela Prefeitura de Betim a partir da próxima semana e que, até a sua conclusão, não haverá ação de reintegração de posse.

#### ➤ Ocupação Copacabana

O representante das ocupações situadas no bairro Copacabana, Juliano Pires, solicitou que a Mesa interceda junto à Prefeitura de Belo Horizonte para que se realize uma reunião com o presidente da Urbel visando buscar alternativas para as ocupações Maria Vitória e Maria Guerreira e obter informações quanto à forma de cadastramento do Programa Vila Viva.

#### ➤ Ocupação em Patos de Minas

Cristiano, do MST, solicitou que seja iniciado um diálogo com a Epamig na perspectiva de encontrar uma solução para o conflito no acampamento em Patos de Minas, uma vez que em visita à área, verificou-se que as pessoas que lá estão têm características de camponeses e trabalhadores.

Alegando tratar-se de uma área do Estado, a defensora pública Ana Cláudia solicitou que seja encontrada uma alternativa para que nada seja resolvido à base da força e que a Mesa veja a possibilidade de um prazo maior para a solução do conflito.

O presidente da Mesa, Claudius Vinicius, ressaltou que dificilmente haverá uma proposta para a solução do conflito no terreno da Epamig, em Patos de Minas, e que a reintegração de posse deverá mesmo ser realizada no próximo dia 15/07/2015.

Segundo ele, o que está se tentando é o estudo de medidas que amenizem o impacto para as famílias que serão desalojadas.

➤ Encaminhamentos:

- Encaminhar à Dra Ana Cláudia, da Defensoria Pública, relatório sobre a situação das fazendas Aurora I e II, no município de Jequitinhonha, após reunião de câmara técnica agrária no local, a ser realizada por equipe da RuralMinas e da Cohab.

- Início, na próxima semana, da atualização do cadastro das ocupações Nova Canaã e Dom Tomás Balduino, em Betim, e congelamento da área, até que haja uma solução do conflito.

- Retorno relativo aos encaminhamentos de audiência pública realizada na Câmara Municipal de Belo Horizonte, solicitada pelo vereador Adriano Ventura, para tratar das demandas das ocupações Maria Guerreira e Maria Vitória, no bairro Copacabana.

- Agendar visita do presidente da Mesa, Claudius Vinícius Leite Pereira, e do diretor da RuralMinas, Alexandre Chumbinho, ao município de Jequitaiá, no próximo dia 09/07/2015, para negociar com o proprietário da terra alternativas de solução do conflito relativo ao Acampamento Novo Paraíso.

- Retorno de consulta à Epamig sobre o conflito da ocupação em Patos de Minas.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2015.